

XVII ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Emprego, Desenvolvimento e Coesão Social: Que perspectivas para a regulação econômica e social?
23 e 24 de Novembro 2017 :: Escola Superior de Ciências Empresariais-Instituto Politécnico de Setúbal
Tema 1) Globalização e trabalho

Globalização, Processos de Subjetivação e Sujeitos Periféricos: um estudo preliminar para transdisciplinarizar a sociologia

Eloisa Rosana de Azevedo
eramontenegro@yahoo.com.br
IFMT / FEUC - UC

Willian Diego de Almeida
willian.diego@hotmail.com
UFMS – CAPES / CES - UC

Resumo

A globalização é um processo multifacetado que hoje une o mundo e ao mesmo tempo cria abismos entre os sujeitos. Considerado expressão máxima do capitalismo atual, esse conjunto de transformações acaba não só por uniformizar e monopolizar natureza e cultura, bem como também, em outros casos, incorporá-las. Conseqüentemente, os países periféricos hoje são os que mais sofrem com esta marcha, não só em razão dos seus altos custos econômicos como à supressão das diferenças sociais. Partindo do pressuposto que os sujeitos são efeitos dos discursos que (re)circulam na esfera social, sobretudo pela filiação de redes de memória que fazem emergir efeitos de sentidos que perpassam (n)a trama social, e que - mesmo abarcando determinados sujeitos na ordem do discurso social - estes discursos também desempenham o papel de estabilizar representações já consideradas periféricas, sustentando a produção das diferenças, compreendemos que estes estudos nos exigem um olhar epistemológico diferenciado que nos requer um aporte teórico diversificado. Tendo em vista esta tamanha complexidade, defendemos a necessidade de um estudo que parta do campo sociológico, mas que atravesse por outras epistemes. Desse modo, este artigo tem como objetivo explorar as possibilidades de se transdisciplinarizar os estudos sociológicos para darmos conta de compreender os processos de subjetivação dos sujeitos periféricos em contexto de globalização. Para isso, partimos da hipótese que, ao mesmo tempo que o sistema busca uma homogeneidade global, evidencia uma série de culturas que antes pareciam estar invisíveis. E, para se analisar essa realidade tão aparentemente homogênea, mas ao mesmo tempo múltipla, faz-se necessário um estudo que atravesse por outros campos do conhecimento. .

Palavras chave: Globalização, subjetividades, sujeitos periféricos, transdisciplinaridade

Introdução

O artigo que ora apresentamos, traz algumas discussões quanto a necessidade de se transdisciplinarizar os estudos sociológicos frente aos processos de globalização que hoje atravessam as mais diversas áreas da vida social. Uma revisão de estudos sobre este momento histórico, mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de diferentes modos, por diferentes particularidades e complexidades, aparentemente homogêneas, mas de formas muito desiguais.

A revolução da informação e da comunicação combinada com a tendência do capitalismo para reduzir à lei do valor, transformando tudo que pode em mercadoria, inclusive as dimensões da vida coletiva e da natureza, nos últimos tempos, “ampliou as contradições da dominação capitalista e as resistências que enfrenta ao mesmo tempo que lhes conferiu uma maior visibilidade” (Santos e Meneses, 2010: 11). Ou seja, criou um fenômeno antagônico – ou intencional/ideológico - de visualização da diversidade cultural e epistemológica do mundo, mas potencializou as discrepâncias e injustiças sociais, observadas em novas formas e manifestações de intolerância, de racismo, de xenofobia, imperialismo e colonialismo por exemplo.

Atentos a isso, podemos dizer que essas observações têm cada vez mais emergido em diversas produções do campo da Sociologia e nos fazem refletir sobre a importância de, além de perceber com uma maior minuciosidade as interações globais-nacionais-locais que estão inseridas neste processo e que, muitas vezes estão encobertas pelo modelo hegemônico de análise e investigação, realizar o exercício da des-centralização do conhecimento, sacudindo os alicerces das dicotomizações ou, ainda, das hierarquizações no âmbito epistemológico. Nesta esteira podemos citar alguns intelectuais que, no campo das Ciências Sociais já promovem aberturas epistemológicas que nos sinalizam para uma visão transdisciplinar: Santos (2002, 2004, 2008, 2009, 2012); Bourdieu (1989,2003), Estanque (2000, 2009, 2014, 2015).

É possível dizer que vivemos um momento muito complexo, não só nas esferas econômica, social, política e cultural, bem como também, na produção do conhecimento. E esse “sacudir”, essa agitação, essa resistência, esse gesto anti-hegemônico que alguns intelectuais vêm trazer à baila está “invadindo” a produção do conhecimento. E isso pode ser dito em razão dos notáveis questionamentos, discussões e em publicações acadêmicas muito sérias que advogam contra a centralização do conhecimento (re)produzido nos grandes centros (Santos, 2008). A máscara de autonomia dos grandes centros hegemônicos começa a cair, e o que outrora era ignorado começa a fazer parte dos cenários acadêmicos: a literatura marginal, os teóricos latino-americanos, a importância da diversidade cultural, étnica e linguística e, sobretudo, o quanto a complementaridade de uma vertente teórica com demais vertentes pode resultar em um trabalho profícuo.

Desses aspectos, há campos de estudos que envolvem as Ciências sociais, como a Análise do Discurso (doravante AD), que se preocupa com os efeitos de sentidos dos discursos e o quanto estes podem mobilizar gestos de interpretações e práticas no bojo da sociedade. Por outro lado, há também a Sociologia que estuda tanto a organização quanto o funcionamento dos micro aos macro aspectos das sociedades humanas, bem como as relações sociais que permeiam essas sociedades.

Ao considerar tais campos teóricos como domínios do saber, este trabalho tem por objetivo refletir sobre como a transdisciplinaridade, já defendida por diversos intelectuais da AD, (como Coracini, 2010 e Guerra, 2010), pode se tornar uma abordagem científica privilegiada para as investigações sociológicas, tanto para uma revisão das análises baseadas em estudos epistemologicamente engessados, quanto para a compreensão das relações sociais entre os povos, os sujeitos, suas singularidades, suas conexões, seus arrastamentos como processo de construção cultural. Portanto, esse não é um artigo de reflexão quanto aos impactos da globalização, mas quanto a importância de se transdisciplinarizar os estudos da sociologia para que dê conta de sua complexa realidade.

Partimos da hipótese de que ao mesmo tempo que o sistema busca uma homogeneidade global, evidencia uma série de culturas que antes pareciam estar invisíveis. E, para se analisar essa realidade tão aparentemente homogênea, mas ao mesmo tempo múltipla, faz-se necessário um estudo que atravesse por outros campos do conhecimento. As teorias que estudam Ciências Sociais ainda têm buscado camuflar a necessidade de se utilizar uma heterogeneidade teórica, embora muitas análises necessitem da confluência de teorias oriundas de outras áreas do conhecimento.

Um olhar a respeito da Globalização e seus (im)possíveis deslocamentos

O final do século XX foi marcado por modificações radicais na economia política do sistema capitalista nos “processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc.” (Harvey, 2009: 117). Nas últimas décadas, e isso inclui o século XXI, a intensificação extrema das interações transnacionais, a mundialização dos sistemas de produção e das transferências financeiras; a difusão de informação e imagens, em escala global, através das redes sociais; até as deslocamentos em massa de pessoas, como

turistas, intercambistas, trabalhadores migrantes ou refugiados, “introduziram o termo globalização no vocabulário cotidiano” (Santos, 2012: 111).

A globalização é um processo multifacetado que hoje une o mundo e, ao mesmo tempo, cria abismos entre os sujeitos. Na visão de Castells (2003), a globalização é o resultado inevitável dos avanços das tecnologias da informação que tem produzido transformações no nosso mundo que diz respeito a capacidade produtiva, a criatividade cultural e ao nosso potencial de comunicação. Entretanto, paralelamente, o autor também aponta para os processos de desintegração acelerada, dos atuais mecanismos de controle social e representação política. Com exceção de uma pequena elite que Castells (2003: 84) chama de *globopolitanos*: “as pessoas em todo mundo ressentem-se da perda do controle sobre suas próprias vidas, o seu meio, os seus empregos, as suas economias, os seus governos, os seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta”.

Sob um olhar alicerçado em outras concepções, contrariamente ao que a palavra globalização nos aponta, estamos passando por um processo de incertezas e de (trans)formações altamente contraditórias e desiguais, mutáveis em sua intensidade em sua direção e que tem produzido uma enorme prospecção em torno dos seus fenômenos. Em termos de relações sociais e institucionais, assim como não há um só capitalismo, mas sim, vários capitalismos, também não há só uma globalização, mas *globalizações* em diversos lugares, com diferentes particularidades, para diferentes sujeitos, que, em maior ou menor grau, beneficiam alguns em detrimento de outros (Santos, 2002).

Em se tratando da globalização neoliberal hegemônica, por exemplo, podemos defini-la a partir de uma série de características que parecem estar presentes globalmente, o que não significa que prevaleçam de modo homogêneo em todo planeta. Estas características articulam-se de acordo com as diferentes condições nacionais e locais, mas buscam nunca perder de vista a sua *intencionalidade econômica*. Nas palavras de Santos, podemos citar:

a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais; a recomposição territorial das economias e a consequente perda de peso dos espaços nacionais e das instituições que antes os configuravam, nomeadamente, os Estados nacionais; uma nova articulação entre a política e a economia em que os compromissos nacionais (sobretudo os que estabelecem as formas e os níveis de solidariedade) são eliminados e substituídos por compromissos com atores globais e com atores nacionais globalizados (Santos, 2002: 76).

Diante desses apontamentos, parece-nos que a globalização deve ser considerada um fenômeno com dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas e não como um processo espontâneo e automático resultante da evolução tecnológica, como diriam outros pesquisadores no âmbito das Ciências Sociais. Estanque (2015) também nos auxilia nessa reflexão, afirmando que, embora os poderes hegemônicos tenham tornado convincentes os discursos ideológicos quanto ao progresso, a estabilidade e o surgimento de oportunidades a partir da globalização, obviamente sob uma visão eurocêntrica, “é bem sabido que tal processo assentou desde sempre em novas divisões classistas e antagonismos de interesses” (Estanque, 2015: 124).

Mas essa visão, essa compreensão que se tem a respeito da globalização pode ser considerada um gesto de interpretação; até mesmo pelo fato de ser enunciada por sujeitos que advém de um lócus de enunciação específico. Logo, para compreender a globalização não podemos reduzir a apenas algumas interpretações teórico-metodológicas, como somente as eurocentristas, uma vez que seus teóricos têm autoria para falar do outro, mas causam certo “declínio” quando o gesto de interpretação se dá em relação a um lócus diferente do deles. Explicamos. Não parece ser possível que um autor de um lócus enunciativo eurocêntrico possa articular com tanta propriedade a realidade vivenciada por sujeitos que são considerados periféricos, que tem sua vida constituída por um olhar terceiro-mundista. Disso, surge a necessidade de se buscar outras epistemologias, cujo imbricamento teórico faz “sugerir” a formulação de uma epistemologia específica.¹

Portanto, para se falar de globalização e de aspectos econômicos, e se compreender a realidade social dos sujeitos, sobretudo os periféricos, tem-se que recorrer a autores não só eurocêntricos, mas, sim, a relação destes com sujeitos que trazem vozes “de fora”, ou seja, que tenham autoridade, que tenham constituído suas reflexões a partir do local no qual erigem suas vidas. É um processo que vai além da complementaridade: é um “suplantar”. Isto é, para falar e compreender a realidade social dos sujeitos periféricos, sujeitos “fora” do centro, não se deve mais usar a rubrica “sobre” (alguém falando de alguém; o centro falando da periferia). Deve-se começar a usar a rubrica do “a partir de”: o sujeito falando da margem.

¹ Aspecto melhor explicado no próximo item, no que concerne à transdisciplinaridade.

Tanto é que podemos articular, mesmo sabendo de suas singularidades, que há uma aproximação entre a reflexão de Santos (2002, 2008, 2012) com Quijano (2010), pois este enfatiza em seus estudos sobre *colonialidade do poder* que desde a constituição da América (Latina) o capitalismo expandiu-se, tornando-se *mundial* e *eurocentrado*. A partir disso, a *colonialidade* e a *modernidade* instalaram-se como eixos constitutivos de um padrão específico de poder globalizado que permanece agindo sob as subjetividades. E, as relações intersubjetivas nas quais se foram consubstanciando essas experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades capitalistas, “foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada” (Quijano, 2010: 74).

Nessa esteira, podemos dizer que os países periféricos e semiperiféricos são hoje, “os que mais estão sujeitos às imposições de receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural” (Santos, 2002: 31). Essa desigualdade de poder, que se observa principalmente no interior das relações entre *Norte e Sul*, consubstancia-se a partir de trocas desiguais entre dominantes e dominados. Na perspectiva de Santos (2002: 86), enquanto as entidades ou fenômenos dominantes “expandem-se”, ao desvincularem-se dos seus espaços, ritmos e locais de origem, correspondentemente, entidades ou fenômenos dominados após “desintegrados” e “desestruturados” dos seus espaços, ritmos e locais de origem, “se retraem” e são revinculados aos seus âmbitos. “Neste duplo processo, quer as entidades ou fenômenos dominantes (globalizados), quer os dominados (localizados) sofrem transformações internas” (Ibidem).

A nosso ver, a globalização e o colonialidade hoje não deixam de ser meios que continuam a tentar liquidar as instituições orgânicas, a partir não somente da fome - que hoje ronda o planeta – mas também através do “epistemicídio” e da permanente tentativa de homogeneizar o mundo, suprimindo as diferenças sociais e produzindo não só uma perda “gnoseológica” como também “ontológica” como nos afirmam Santos e Meneses (2010). Haja vista que atualmente a organização da sociedade é analisada “como um conjunto de processos por meio dos quais um aparelho de dominação insidioso controla todos os aspectos ou iniciativas da vida social, incluindo aí nossas próprias representações” (Touraine, 2009: 247). Em tempos de globalização, expressão máxima do capitalismo global, uma das grandes tarefas de uma teoria crítica da

sociedade está, portanto, em tornar *visíveis* os novos mecanismos de produção das diferenças sociais (Castro-Gomez, 2005).

Longe de ser inocente, a globalização deve ser considerada um fenômeno com dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas. Santos (2002) destaca duas intencionalidades que devem ser observadas. A primeira é a “falácia do determinismo” que preconiza a ideia de que “a globalização é um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência eterna” (Santos, 2002: 50). A segunda é “a falácia do desaparecimento do Sul²”, onde os arquitetos da globalização produzem a ideia de que as multinacionais “são infinitamente inovadoras e têm capacidade organizativa suficiente para transformar a nova economia global numa oportunidade sem precedentes” (Santos, 2002: 51). Essas duas falácias produzem um engessamento epistemológico que impossibilita um olhar que dê conta das múltiplas realidades globais, encobertas pela globalização hegemônica.

Sob a voz latino-americana, Castro-Gomez (2005) em seu texto *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”* pondera que hoje “o maior desafio para as ciências sociais está em aprender a nomear a totalidade sem cair no essencialismo e no universalismo dos metarrelatos”. Tal situação mostra a tamanha complexidade de uma análise sociológica que preze pelas questões sociais atuais –não somente das sociedades periféricas, vítimas do colonialismo, mas também das sociedades ocidentais e dos padrões discriminatórios que nela vigoram- uma vez que, o conhecimento eurocêntrico carrega uma episteme particular que elimina o local de onde vem os discursos e os sujeitos que os fala, gerando um discurso universal, globalizado e naturalizado (Santos, 2008; Castro-Gomez, 2005).

Quijano (2010), também nos auxilia nessa ideia afirmando que o eurocentrismo deve ser visto não apenas como a visão cognitiva dos europeus, mas, principalmente, como o conhecimento imposto formado por sua hegemonia. Assim, para cumprir seu papel, mais do que nunca a sociologia precisa buscar compreender os interstícios ocultados entre as situações e

² O Sul hemisférico é um conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e corresponde não só a grande parte do Sul geográfico, como também aqueles países que ainda sofrem com os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo e a sua relação colonial com o mundo.

representações da ação social e reconstruir alguns velhos conceitos deterministas. Sobre este mesmo cenário, Touraine (2009: 247) nos chama a atenção não só para os posicionamentos extremistas clássicos, bem como também para os posicionamentos sociológicos radicais que acabam por oferecer cada vez menos originalidade e tem, cada vez mais, se limitado somente à tarefa de produzir comportamentos agressivos e formas de repressão, atrocidade e discriminação que, ao ver do autor, são “invisíveis ou apenas parcialmente visíveis” aos objetivos a que se dizem destinar.

Ao nosso ver, a grande questão hoje na sociologia, bem como no campo das ciências sociais, tem sido o local *de onde partem os olhares* pelos quais essa análise é realizada e *para quem essa análise é realizada*. Frente a estes aspectos, é insustentável a crença de um padrão universal de prática sociológica, na análise da globalização, da economia, condicionado por circunstâncias específicas. Entretanto, “abrir as ciências sociais”, como já defendia a Comissão Gulbenkian, organizada ao final do séc. XX por Immanuel Wallerstein (1996), não significa nada se não temos nossos olhares fixados aos múltiplos contextos e lugares onde as ciências sociais são produzidas. Nas palavras de Estanque (2015: 182), “as lutas pela emancipação têm de conciliar vários movimentos em prol do final de várias formas de dominação”.

Tendo em vista que “o social não está unicamente no objeto de estudo, e não basta reconhecer (cinicamente) que o cientista é também ele um ser social, para que o problema esteja resolvido” (Estanque, 2014: 67), é necessário que, ao optarmos por uma ciência reflexiva e transdisciplinar, estejamos atentos às dinâmicas culturais e sociais que estão à baila e que mecanismos de modelação se fazem presentes tanto no objeto de estudo quanto nos cientistas que o investiga.

Transdisciplinar a sociologia: uma nova epistemologia?

Diante do exposto quanto a era da Globalização, é estranho pensar a investigação nas Ciências Sociais, e aqui em especial da sociologia, sem nos fazermos o seguinte questionamento: Como ela poderia adotar apenas, como instrumento de trabalho, um direcionamento, uma perspectiva, uma vertente ou poucas noções teóricas, tendo a sociedade, o ser humano, as suas subjetividades, as suas ações, a sua linguagem e a produção do conhecimento como objeto de estudo? Embora seja um questionamento válido, o discurso acadêmico parece, ainda, centrar suas ideias em uma abordagem epistêmica nada democrática (Coracini, 1991). Tem-se, ainda, um discurso

“globalizador”, para não dizer universal, que torna “desnecessária” alguns avanços epistemológicos.

Não é à toa que é fácil verificar pesquisas científicas, muito legitimadas, com poucas novidades epistemológicas e com aspectos muito reprodutores, como um pacote fechado de ideias, como se a confiabilidade científica não pudesse ser implementada (Guerra; Almeida, 2016). Isso quando muitas pesquisas não utilizam apenas de um arcabouço teórico para explicar e analisar realidades muito díspares daquela a qual ela foi desenvolvida.

Caso concordemos com essa ideia de que fica impraticável penas as Ciências Sociais alicerçadas em epistemologias encampadas em noções conceituais reducionistas, cujas análises ainda são formuladas de maneira totalizadora, para não dizer herméticas, é forçoso aceitarmos a necessidade de possíveis deslocamentos. Isto é, pensar em uma perspectiva outra que possa produzir críticas, mas pautada na possibilidade da confluência de demais perspectivas, cujo campo teórico-metodológico se desenvolva para além dos tradicionalismos em uma virada transdisciplinar. Assim, voltemos nossos olhares para o que seria essa transdisciplinaridade, centrando aqui no possível diálogo entre os estudos da Sociologia (Santos, 2008, 2009; Estanque, 2009) e da orientação discursiva (Coracini, 2007, 2010; Guerra, 2010), com interface na perspectiva Foucaultiana (1999, 2008).

Vale ressaltar que tais teóricos, embora ancorem suas pesquisas em gestos diferentes um do outro, são trazidos à baila justamente pela atenção que atribuem para esse aspecto “transdisciplinar”, a fim de pensar: 1) a respeito de possíveis alternativas e rupturas epistemológicas críticas; 2) (re)avaliar os trajetos de sentidos que se tem dos processos de subjetivação (sempre intercambiantes) e da emancipação dos sujeitos.

Aqui, neste trabalho, esse gesto transdisciplinar não consiste apenas em “uma ‘simple aplicação’ que se trata ou do uso de um instrumento para dar maior cientificidade à[s] ciência[s] das formações sociais” (Orlandi, 2008: 35). Entende-se que transdisciplinarizar é, antes de tudo, pensar na expansão do intercâmbio – necessário – entre as mais diversas especialidades (Coracini, 2010), bem como no recorte, na hipótese, nos objetivos e nas perspectivas traçadas em um texto. Muito embora essa ferramenta teórico-metodológica possa vir a parecer impraticável, ela tem se demonstrado profícua nos conjuntos de trabalho no campo das Ciências Sociais. Nesta

perspectiva, a Sociologia pode, sempre que necessário, buscar em outros arcabouços teóricos, explicações e pesquisas que permitam engendrar reflexões mais sólidas quanto as complexidades sociais atuais e, em especial as complexidades das sociedades periféricas.

Nesta esteira, Bourdieu (2003: 27) nos auxilia nesta premissa explicando que “O sociólogo só estará tanto melhor armado para des-cobrir esse escondido quanto melhor armado estiver cientificamente, quanto melhor utilizar o capital de conceitos, de métodos, de técnicas acumulados (...)”. Essa caracterização, aponta para uma crítica na qual a Sociologia deve estar para além da neutralidade, considerando: a história, os conjuntos de verdades de um determinado povo, as convicções destes, os elementos conotativos articulados em determinados traços culturais, entre outros. Esse esclarecimento coloca em xeque o conformismo na qual repousam muitas pesquisas encampadas em concepções dominantes. Ressaltamos, no entanto, que não basta sair do conformismo. Para que haja um pensamento crítico, uma epistemologia crítica, o pesquisador deve buscar tanto as diferenças quando as aproximações com outros campos caso sua pesquisa “ecoe” essa necessidade; buscar aquilo que especificamente mais lhe interessa, considerando a singularidade de seu trabalho, propondo uma teoria crítica específica.

Santos (2008: 15) e Estanque (2009: 311), cientistas sociais que prezam por pesquisas dos âmbitos da dialética e inclusão/exclusão social, relatam a respeito da importância de se considerar trabalhos transdisciplinares, sobretudo para deslocarem perspectivas cuja reflexão epistemológica faz parte apenas de paradigmas dominantes. E essa (re)leitura de ambos, embora com pesquisas diferentes, pode-se designar como “emergente” transdisciplinar.

Vejamos. Com Santos (2008: 16; 2010) e a sua metáfora do Sul – embora o autor não aponte de maneira declarada o termo transdisciplinaridade - faz-nos deslocar a nossa reflexão para outro viés: a valorização de um pensamento crítico que não preze pela exclusividade, que não fique assentado apenas nos rigores científicos da racionalidade eurocêntrica. Para o autor, em sua Ecologia dos Saberes, a invisibilidade dada ao outro (o excluído, o marginalizado, o periférico, o que está “fora” do processo hegemônico globalizado) acaba por construir um pensamento abissal, inclusive nos gestos das pesquisas das Ciências Sociais. Assim, é como os que estão no centro e acompanham a ordem discursiva hegemônica fossem considerados como relevantes e os que estivessem “fora” dessa ordem fossem inexistentes. Por isso Santos (2008) afirma que é

insustentável a situação das Ciências Sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo apenas em função das teorias, categorias e metodologias organizadas para lidar com as “sociedades modernas do Norte”, tendo em vista a vasta contribuição histórica, cultural e epistemológica que as “sociedades do Sul” têm gerado para as Ciências Sociais.

Estanque (2000), também não explicita o termo transdisciplinaridade em seus estudos, mas acolhe em suas obras um variado aporte teórico que perpassa por diversos campos dos saberes. O autor reflete e analisa, de forma rigorosamente crítica, os desafios e as inquietações que permeiam os movimentos sociais, os valores democráticos e as injustiças sociais, olhando-os localmente, mas estando atento às forças externas (globais) que os modelam, ou seja, tanto no nível *micro* como no *macro*, não só as especificidades europeias bem como também as singularidades do Sul global, em especial as do Brasil.

Em sua função de crítico, o autor afirma que: “De fato, há cerca de três décadas que a comunidade sociológica de Coimbra vem se dedicando a produzir ciências sociais numa perspectiva crítica, transdisciplinar e assumidamente engajada” (2009: 311). Parece-nos que, se para o autor uma determinada comunidade sociológica tem buscado diferentes reflexões epistemológicas, estas já não podem ser somente alicerçadas em posturas teóricas críticas hegemônicas. Assim, ao procurar constituir sua base em um conhecimento progressista, transformador e emancipatório, o pesquisador deve estar alicerçado, teórico e metodologicamente, para uma leitura que vá para além dos muros que o poder hegemônico tende a lançar. Quanto a nós, é possível dizer – se não for muita ousadia – que essa procura do pesquisador é um convite que pode encontrar ressonâncias e possíveis respostas na transdisciplinaridade.

A difusão de ideias de tais teóricos encontra similitudes em suas reflexões atuais: articular que os estudos que prezam pelas Ciências Sociais devem considerar diversos aspectos, uma vez que, dependendo do objeto de análise, o seu trajeto de “racionalidade” deve ser adequado a uma reflexão mais ampla. No que concerne ao âmbito discursivo, especialmente no Brasil, essa perspectiva já está sendo defendida, sobretudo, nas pesquisas realizadas por Coracini (2010: 92-99) e por Guerra (2010).

Para a primeira, a transdisciplinarização constitui-se pela confluência de teorias que podem ser oriundas de disciplinas, ou áreas do conhecimento, diferentes. Apesar disso, para a autora, o diferente não quer dizer incompatível. Diferentes em alguns pilares básicos, mas com diálogos profícuos em diversos âmbitos. Coracini (2010: 93), no caso da Análise do Discurso, busca apontar que embora uma pesquisa se apoie em determinada vertente teórica ela não vai dar conta de explicar “tudo” o que advém de uma análise. Pode ser que ela necessite do apoio de diversas Ciências Sociais, como Filosofia e Sociologia, para explicar determinado fenômeno e propor alternativas teórico-analíticas que façam jus ao objetivo que se pretende alcançar. Isto é, trata-se da necessidade de se trazer à baila na discussão, exigindo que “(...) diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento sejam mobilizadas”.

Neste contexto, Coracini (2010: 94) nos ajuda a pensar que esse “recorrer” a outras disciplinas não deve ser considerado como a interdisciplinaridade. Para ela, transdisciplinarizar é buscar os aspectos teóricos metodológicos de teorias que “conversem” entre si e que possibilitem compreender melhor, por exemplo, a manifestação de um discurso científico, as narrativas de sujeitos periféricos, as concepções econômicas e culturais, entre outros aspectos.

No dizer de Guerra (2010), em consonância com a perspectiva de Coracini (2010), transdisciplinarizar seria buscar áreas de conhecimento, epistemologias outras, que possam dar suporte a uma análise que recusa as concepções teóricas mais usadas como bordões; ou seja, como uma metodologia baseada em rigores científicos fechados. Observa-se que, dependendo das análises, estas já não podem mais alicerçar a profundidade de sua perspectiva mediante a compartimentalização de vertentes teóricas unívocas. Pelo contrário: há vertentes que podem ser diferentes umas das outras, mas que estas diferenças não as impede de estabelecer diálogos entre si, em razão do gesto de interpretação do analista ocorrer (Guerra, 2010).

Em um dos seus últimos trabalhos Guerra articula com Almeida (2016: 144) que ao se valer de perspectivas teóricas outras, não quer dizer que o pesquisador esteja advogando que sua investigação esteja “alforriada” da racionalidade, mas que esta racionalidade não pode ser considerada neutra, reduzida a (pré-)conceitos que se apoiam e tendenciam à homogeneização do *logos*. Em forma encapsulada, esses autores explicam que transdisciplinarizar é:

(...) buscar questões e aspectos que outro analista ainda não desenvolveu, possibilita delinear novas formas de encarar a(s) configuração(ões) dos saberes, considerando o recorte, as condições de produção, a enunciação, a hipótese, os objetivos e as perspectivas traçadas em nosso texto; aspectos essenciais para se ter acesso aos efeitos de sentido outrora deixados à margem e des-cobrir (tirar o que cobre, o que escamoteia) como estes se desenvolveram, se constituíram, se deslocaram e (re)produzem saberes (...).

Assim, vale dizer que independente da área de estudos, ao se transdisciplinarizar diversos aspectos devem ser respeitados: os autores, as noções teóricas capitais, os artifícios metodológicos, as próprias classificações trazidas nas obras, as suas complexidades, em quais aspectos estabelecem diálogos e em quais estabelecem duelos. Esse cuidado é justamente pelo fato de que cada análise, cada *corpus*, pode apontar para um caminho diferente. E esses caminhos podem ser úteis tanto para o enriquecimento do campo quanto para os objetivos do pesquisador.

Conclusão

Diante deste panorama e da identificação das complexas transformações sociais em transição, no que dizem respeito às práticas interestatais, às práticas capitalistas globais, às práticas sociais e culturais e, as suas relações de dominação, faz-se necessário um novo olhar sociológico que dê conta de explicar as múltiplas relações que se intensificam e que também acentuam a exclusão em alguns pontos e a inclusão em outros. Essa pluralidade exige um estudo que também atravessasse por outros campos do saber e que produza uma reflexão teórica crítica da globalização “de modo a captar a complexidade dos fenômenos que ela envolve e a disparidade dos interesses que neles se confrontam” (Santos, 2002: 54).

O “preferencialismo” que se toma por teorias e métodos advindos apenas dos grandes centros e a reprodução desenfreada de noções conceituais sem pensar em uma aplicação mais específica e na necessidade da análise, contribui para que haja um reforço da “hegemonia intelectual”, a imposição de sua naturalização como única forma de se “fazer ciência”.

Sabemos que um campo de estudos, especialmente quando se trata de analisar aspectos que permeiam determinada realidade social, sem considerar saberes outros (locais, regiões, noções teóricas, entre outros), tendência a massificação do seu próprio conhecimento, como se ele fosse

uma matriz de racionalidade que pudesse explicar tudo. Isso não seria somente um mero engano, como também apontaria para a continuidade da desvalorização da diversidade epistêmica que existe.

Cumprir destacar que a transdisciplinaridade (necessidade de uma heterogeneidade teórica), tendo como suporte exemplificativo a imbricação da AD e da Sociologia, torna-se peça-chave para a interpretação da mobilização dos discursos, bem como de uma realidade social; seja por causa da incompletude das noções teóricas, seja por compreender que a complexidade da realidade social jamais pode ser “explicada” por apenas um olhar, um ponto de vista.

Bibliografia

- Almeida, Willian D. de (2015), Nas filigranas do discurso jurídico, a (des)construção de sentidos na Lei Maria da Penha, Campo Grande, UFMS.
- Bourdieu, Pierre (1989), O poder do simbólico, Trad.: Fernando Tomaz, Lisboa, Difel, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2003), Questões de sociologia, Trad.: Miguel Pereira, Lisboa, Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal.
- Burawoy, Michael (2013), “Marxism after Polany”, in V.Satgar and M.Williams (Editors), *Marxisms in the 21st Century*, Johannesburg, Wits University, Press, pp.34-52.
- Castells, Manuel (2003), O Poder da Identidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coracini, Maria J. (1991), Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência, São Paulo, Educ, Campinas, SP, Pontes.
- Coracini, Maria J. (2007), *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira): Plurilingüismo e tradução*, Campinas, Mercado de Letras.
- Coracini, Maria J. (2010), Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, nº 11 (1), pp. 91-112.
- Estanque, Elísio (2000), Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado, Porto, Afrontamentos.
- Estanque, Elísio (2014), A metodologia de observação participante e o poder despótico da fábrica, In.: Torres, Leonor Lima; Palhares, José Augusto, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*, Coleção Ciências Sociais da Educação, Universidade do Minho, Ribeirão, Húmus.
- Estanque, Elísio (2015), *Classe Média e Lutas Sociais: Ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp.
- Foucault, Michel (1999), A ordem do discurso, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, nº 12, São Paulo, Edições Loyola.
- Foucault, Michel (2008), *Arqueologia do saber*, Trad. Luiz Felipe Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guerra, Vânia M. Lescano; Almeida, Willian D. de (2016), Mulher(es) indígena(s) e escrita de si: a (re)produção das identidades periféricas, In: Guerra, Vânia M. L.; Almeida, Willian D. de, (Org.). *Povos indígenas em cena: das margens ao centro da história*, Campo Grande, OMEP/BR/MS, pp. 139-156.

- Guerra, Vânia M. Lescano (2010), *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*, São Carlos, Pedro & João Editores.
- Orlandi, Eni P. (2008), *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*, 3. ed. Campinas, Pontes Editores.
- Quijano, Anibal (2010), *Colonialidade do Poder e Classificação Social*, In.: Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Org.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, CES.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A Globalização e as Ciências sociais*, São Paulo, Cortez.
- Santos, Boaventura de Souza (2008), *Do Pós-moderno ao Pós-colonial. E para além de um e outro*, *Travessias, Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, n. 6/7, pp. 15-36.
- Santos, Boaventura de Souza; Meneses, Maria Paula (Org.) (2010), *Introdução*, In.: Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Org.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, CES.
- Santos, Boaventura de Sousa (2012), *Globalização*, In.: Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado Universidade de Coimbra, *Dicionário das Crises e Alternativas*.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Pela Mão de Alice: O social e o Político na Pós-Modernidade*, Coimbra, Almedina.
- Touraine, Alain (2009), *A Sociologia Pública e o Fim da Sociedade*, *Caderno CRH*, [en línea] 2009, 22 (Mayo-Agosto): [Data da consulta: 10 de setembro de 2017], Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632178003>>
- Wallerstein, Immanuel et al. (1996), *Open the Social Sciences. Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences* (Stanford: Stanford University Press).